



11/12/2025

A rosa de então subsiste no nome

Memorial para progressão à carreira de professor titular



Anselmo Tadeu Ferreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/INSTITUTO DE FILOSOFIA

ANSELMO TADEU FERREIRA

A ROSA DE ENTÃO SUBSISTE NO NOME

Memorial descritivo para obtenção do título de Professor Titular

Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Filosofia

Uberlândia/MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383r
2025 Ferreira, Anselmo Tadeu, 1967-
 A rosa de então subsiste no nome [recurso eletrônico] / Anselmo
 Tadeu Ferreira. - 2025.

 Memorial Descritivo (Professor Titular) - Universidade Federal de
Uberlândia, Instituto de Filosofia.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.me.2026.2>
 Inclui bibliografia.

 1. Professores universitários - formação. I. Universidade Federal de
Uberlândia. Instituto de Filosofia. II. Título.

CDU: 378.124

Nelson Marcos Ferreira
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3074

ANSELMO TADEU FERREIRA

A ROSA DE ENTÃO SUBSISTE NO NOME

Memorial descritivo para obtenção do título de Professor Titular

Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Filosofia

Defesa ocorrida no dia 11/12/2025

Banca de avaliação

Prof. Dr. Alexandre Guimarães Tadeu de Soares(presidente)

Prof. Dr. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (PUCSP -UNICAMP)

Prof.^a Dr^a Fátima Regina Rodrigues Évora (UNICAMP)

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich (PUCRS)

Prof. Dr. Sílvio Seno Chibeni (UNICAMP)

Uberlândia/MG

2025

DEDICATÓRIA

“Viajo porque preciso, volto porque te amo”

(De um para-choque de caminhão na BR-050)

À Estela

e aos nossos filhos, Érica, Arthur e Leila,

Dedico.

Resumo

No texto a seguir, apresenta-se a trajetória profissional do professor doutor Anselmo Tadeu Ferreira, docente do Instituto de Filosofia como professor substituto por 8 anos entre 1997 e 2006 e como professor efetivo desde 2009 até 2025, quando atingiu os requisitos necessários para pleitear a promoção a professor titular. O texto percorre assim as diversas etapas de sua formação profissional, sua atuação como docente e pesquisador na área de filosofia medieval e suas tarefas administrativas na Universidade Federal de Uberlândia, onde foi coordenador do curso de graduação em Filosofia e do programa de Pós-Graduação em Filosofia. Aborda também, de modo teórico, algumas questões estudadas por ele ao longo de sua carreira, especialmente a noção de ciência na filosofia medieval e a teoria da alma em sua relação com o problema dos universais.

Palavras-chave: docência universitária, filosofia, filosofia medieval, ciência medieval, universais.

Introdução

O texto do memorial descritivo apresentado a seguir compõe-se de três partes.

Na primeira parte, trata-se de uma exposição cronológica de minha iniciação à Filosofia e à docência, que começa com meu ingresso no curso de graduação em Filosofia na PUC de Campinas e se encerra com minha efetivação como professor no IFILO. Faço nessa parte um exercício de ficção, alinhavando alguns momentos chave de minha formação e de minhas decisões pela docência primeiramente no ensino médio e em seguida na universidade.

Na segunda parte, apresento uma descrição de minhas realizações como professor e pesquisador no Instituto de Filosofia no decorrer dos 17 anos em trabalho como professor efetivo, destacando não apenas as aulas ministradas na graduação e pós graduação, mas também os trabalhos teóricos publicados no período que foram ou produto dessas aulas ou motivados por elas ou em preparação a elas e aos congressos da área de filosofia medieval de que participei, mormente os congressos da Associação Nacional de Pós Graduação em Filosofia, além das orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso e de Trabalhos de Pós Graduação. Destaco também nessa parte, minhas contribuições para o funcionamento administrativo do Instituto de Filosofia, especialmente o exercício das funções de coordenador do curso de graduação e do programa de pós-graduação, além da contribuição como um dos editores da Revista Educação e Filosofia.

Na terceira parte, destaco alguns dos temas que nortearam as minhas pesquisas e leituras no período, aprofundando um pouco mais a discussão ensejada pelos meus trabalhos publicados, especialmente as questões sobre a natureza do conhecimento científico para os autores medievais e sua relação com problemas contemporâneos de epistemologia e teoria do conhecimento, bem como a mais recente pesquisa sobre as teorias da alma nos séculos XIII e XIV. Finalmente, procuro reduzir tudo à questão inaugural sobre minha fascinação pelo nominalismo medieval, remetendo ao verso final do romance *O nome da Rosa*, de Umberto Eco, de onde tirei o título do meu trabalho.

Agradecimentos

Em primeiríssimo lugar, eu gostaria de lembrar e agradecer a cinco mulheres, cujo paradeiro eu desconheço e que permanecem comigo, na lembrança, foram minhas professoras do ensino primário, a professora Nirce do primeiro ano, as professoras Ana e Irene do segundo, a professora Eunice, do terceiro e a professora Dinete, do quarto; essas cinco mulheres me ensinaram a única coisa que eu, com certeza, sei fazer até hoje, elas me ensinaram a ler.

Em seguida, eu gostaria de lembrar e agradecer aos meus alunos, às centenas de alunos e alunas no ensino médio, que me ensinaram a “enfrentar” a sala de aula e aos meus alunos da UFU, que me instigaram a ir além do que eu preparava para as aulas.

Eu gostaria de agradecer aos colegas que me prestigiaram com sua presença e, por meio deles, lembrar também de todos aqueles e aquelas com quem aprendi a discutir as questões inerentes à docência sem perder de vista o verdadeiro motivo pelo qual nos tornamos professores, que é a paixão por conhecer.

Agradeço também à Universidade Federal de Uberlândia e a todo o seu corpo técnico, que me proporcionaram as excelentes condições para o exercício da docência e da pesquisa.

Agradeço, enfim, aos colegas que se prontificaram a participar da banca de avaliação desse trabalho, o seu presidente, meu amigo professor Alexandre Guimarães Tadeu de Soares, que será citado mais adiante; meu querido mestre e decano dos professores de filosofia medieval no Brasil, o professor Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento; a minha orientadora na fase final do doutorado, professora Fátima Regina Rodrigues Évora, também incansável trabalhadora na pesquisa sobre a filosofia medieval, o professor Roberto Pich, que eu conheci ainda no meu primeiro Congresso Nacional de Filosofia Medieval, em Porto Alegre, e que, desde então aprendi a admirar acompanhando seu competente trabalho na nossa área, mais recentemente desbravando a filosofia colonial do Brasil e América Latina e o professor Sílvio Seno Chibeni, meu professor na graduação da Unicamp e com quem aprendi quase tudo o que sei sobre a vertente empirista da filosofia.

Finalmente, quero agradecer e dedicar esse trabalho escrito à Estela, que está e esteve comigo por todos esses anos que serão narrados adiante e, por meio dela, lembrar e agradecer a existência dos nossos três filhos, Leila, Arthur e Érica; de certo modo, a razão pela qual tudo se deu.

Parte 1

"I see my light come shining from the west unto the east.
Any day now, any day now, I shall be released."

(Bob Dylan, *I shall be released*)

"Stat rosa pristina nomine. Nomina nuda tenemus"

Com esses versos, extraídos (com uma ligeira modificação da qual falarei mais adiante) da obra *De contemptu mundi* (*Sobre o desprezo do mundo*), de Bernardo de Cluny, também conhecido como Bernardo de Morlay ou Morliacense, um autor do século XII, Umberto Eco encerrou o seu romance *O nome da Rosa*, que eu li pela primeira vez em 1986.

1986 foi uma espécie de ano sabático para mim. Eu tinha terminado o ensino médio e não tinha ideia do que fazer da minha vida; mais que isso, eu não tinha ideia de que eu não tinha ideia do que fazer da minha vida. Visto em retrospectiva, eu me assusto um pouco com a minha falta de perspectiva naquela idade. Quero dizer, eu trabalhava num emprego como mão de obra não qualificada, tinha sido um bom aluno toda a vida e, para manter a rotina de estudo, tinha começado um curso de inglês duas vezes por semana e, nesses dias (ou noites), eu passava na biblioteca municipal, onde emprestei, dentre outros, o citado romance de Eco, uma indicação de um professor da escola de catequese. Sem me considerar uma pessoa especialmente religiosa, nessa época eu era bastante envolvido nas atividades da igreja católica, a pastoral da juventude, as comunidades de base e a catequese, para a qual eu me preparava fazendo o curso dado por seminaristas da PUC de Campinas. O que mais me assusta quando me recordo dessa época é como o vestibular e, conseqüentemente, a universidade sequer era uma remota possibilidade considerada por mim como perspectiva de futuro. Não perdoo meus professores do ensino médio por isso; eles sequer tocavam nesse assunto, em particular ou publicamente, nas aulas noturnas da escola Sud Mennucci, uma das melhores escolas públicas de Piracicaba, onde eu me formei. Ou talvez essa seja uma desculpa para disfarçar a minha própria inépcia em pensar e planejar o futuro.

De qualquer modo, envolvido com a Igreja como eu estava e gostando de estudar, como eu gostava, era natural que eu acabasse por me inclinar à vida religiosa. Assim, depois de um ano de acompanhamento vocacional com os frades franciscanos, como era franciscano o frei Guilherme de Baskerville, acabei na última hora optando por ingressar no Seminário Diocesano de Piracicaba e, de repente, me vi na contingência de prestar o vestibular para ingressar no curso de Filosofia da PUC de Campinas, etapa inicial da formação sacerdotal. Em 1987, portanto, eu ingressei, como seminarista, no curso de Filosofia da PUCCAMP.

1987 foi o ano mais feliz da minha vida, até então. Eu morava com os demais seminaristas e o reitor em uma casa ampla em Santa Bárbara d'Oeste, a meio caminho entre Piracicaba e Campinas, de onde nós saíamos todos os dias de manhãzinha para as aulas nas faculdades de Filosofia e de Teologia. Ao voltar, por volta de uma da tarde, o almoço estava à mesa e, após ajudar com a louça em revezamento, tínhamos o tempo todo para estudar e para as obrigações litúrgicas. E um futebolzinho de vez em quando. Casa, comida e roupa lavada, como se diz. Eu tinha, pela primeira vez na vida, um quarto só para mim, com um guarda-roupa e uma escrivaninha, além de acesso a uma biblioteca razoável e uma sala comum de estudos.

Foi nesse ambiente acolhedor que eu li pela primeira vez a *Metafísica* de Aristóteles. Tratava-se de uma tarefa passada por um dos professores, ler e expor resumidamente o conteúdo dos três primeiros capítulos do livro alfa da *Metafísica*. Não digo que tenha sido uma epifania, mas ao realizar o exercício segundo as técnicas que simultaneamente vínhamos aprendendo nas aulas de Metodologia, o texto, que à primeira vista pareceu completamente incompreensível, foi se tornando cada vez mais claro e coerente. Eis um resumo: “Todo ser humano, por natureza, busca o conhecimento e a prova disso é o prazer que as sensações nos causam, para além de sua utilidade. Das sensações se produz a memória, da memória a experiência e da experiência concatenada surgem as artes e a ciência. E o mais alto grau de ciência que um ser humano pode almejar é o conhecimento das causas e princípios e, dentre os princípios, os primeiros e absolutos dos quais depende todo o resto. Em seguida, vem um esboço do que chamávamos a primeira história da filosofia que nos foi conservada, uma apresentação enviesada por certo, mas ostensiva de todas as teorias que até então os filósofos tinham proposto para resolver o problema dos princípios até desembocar na teoria das Ideias de Platão e sua crítica”. Eis o que era a metafísica, pelo menos os primeiros capítulos.

Percebi, então que eu era capaz de ler um texto, resumi-lo, entender os seus argumentos e sua estrutura interna, imaginar questões e objeções a ele e, mais tarde, compará-lo com outros textos e compor uma reflexão crítica. Em suma, descobri minha vocação para estudar. Enquanto outros colegas viam aquelas tarefas como obstáculos um pouco sem sentido no caminho para o sacerdócio, eu passei a enxergar aquela atividade como o centro da minha nova vida intelectual.

Não foi a paixão por Aristóteles ou pela Filosofia, no entanto, que me obrigaram a deixar o seminário (se é que você me entende) ainda no fim daquele primeiro ano de seminário. Com alguma sorte e com a ajuda da Estela, eu fiquei sabendo da abertura do curso de graduação em Filosofia na Unicamp já para o ano de 1988. Há dois anos eu sequer cogitava na existência da Unicamp e da possibilidade estudar lá, nem sabia que, àquela altura, a Unicamp tinha um departamento de Filosofia com um programa de pós-graduação muito bem-conceituado; e agora me encontrava novamente na contingência de prestar outro vestibular para ingressar num curso de graduação; mas

desta vez, me preparei um pouco melhor, com a ajuda das apostilas da Estela. E, de quebra descobri Machado de Assis e Guimarães Rosa (leituras obrigatórias da prova).

O curso da Unicamp é gratuito, mas é integral. Sem qualquer fonte de renda para me manter, o que eu mais me lembro desse início sobre as diferenças entre o ano que eu passei na PUCCAMP e a Unicamp, duas eram fundamentais. A primeira é a biblioteca. Na PUCC, era preciso saber antes o livro que se queria emprestar e solicitar ao bibliotecário para pegar, o estudante não tinha ideia sequer do tamanho da biblioteca e o que tinha lá dentro, a não ser por meio do fichário; na UNICAMP, por outro lado, era possível entrar no próprio acervo como se fosse um supermercado e apanhar e se apaixonar por qualquer obra das prateleiras; e eu descobri, dentre outras coisas, que era capaz de ler em inglês. A outra diferença é que era possível marcar um horário e conversar com um professor, pedir orientação sobre livros, corrigir exercícios, enfim conversar sobre o que se estava fazendo e o que era preciso fazer para progredir. Não é que os professores e professoras da PUCCAMP não fossem acessíveis, somente que eles eram regidos pelo regime de horas/aula.

No ano de 1990, o então presidente eleito tinha usado a sua única bala para matar o dragão da inflação (metáfora que ele costumava usar na campanha) e, ao que parece, errara o alvo; a vida ficou insuportavelmente cara e eu achei que era hora de procurar alguma atividade para aumentar a renda e foi assim que, no dia 9 de maio de 1990, entrei pela primeira vez em sala de aula, sem ter terminado ainda o curso de graduação e para dar aulas de português, em substituição a uma professora gestante. Continuei ininterruptamente até 2008. A partir de 1992, já com o curso concluído, comecei a dar aulas de Filosofia, como professor substituto, P2 como se dizia (o efetivo era P3) até 2006, quando finalmente houve um concurso e eu me tornei professor efetivo.

Antes disso, houve um concurso em 1994, no qual eu fora aprovado, mas fui impedido de tomar posse do cargo porque o curso de Filosofia da Unicamp ainda não tinha sido reconhecido pelo MEC e, portanto, não podia emitir o diploma oficial de licenciatura, condição essencial para assumir a vaga de professor efetivo. Essa desventura me aproximou novamente do meu querido colega, professor Alexandre, também da primeira turma do curso de graduação da Unicamp e também vítima da mesma experiência frustrante que fora o concurso de 1994. Tentamos juntos alguma solução por via jurídica, mas, sem dinheiro para advogados e, a essa altura, já alunos do programa de pós-graduação da Unicamp, abandonamos a causa. Mas, enquanto eu continuaria a atuar como professor substituto no ensino médio, inclusive na própria escola onde eu deveria ter me efetivado, o professor Alexandre Soares investiu em outra direção e por essa época ingressou na UFU que em 1994 abria o curso de graduação em Filosofia. No processo de ajudar a guarnecer o curso da UFU com professores qualificados, o Alexandre convidou praticamente todos os colegas que faziam pós-graduação na época no IFCH/UNICAMP para prestar concursos de professor substituto.

Foi dessa maneira que, três meses antes do Arthur completar um ano, eu fiz minha primeira viagem de ônibus de Campinas a Uberlândia e, algumas semanas depois comecei a trabalhar no DEFIL e comecei também a minha saga de 1000 quilômetros por semana, pois continuaria com as minhas aulas no ensino médio em Campinas. A pergunta que mais ouvia nessa época era: isso compensa? Surpreendente que possa parecer, minha resposta era sim. Do ponto de vista de meu crescimento como professor e pesquisador, compensava muito, pois o ambiente estimulante que eu encontrara entre os meus colegas de departamento me motivou a retomar o mestrado, na época quase abandonado. E do ponto de vista financeiro, surpreendentemente também compensava, pois os dois dias que eu passava em Uberlândia me pagava mais do que os três dias em Campinas. Claro, isso só era assim porque eu pernoitava num “AirBnB” ali próximo da igreja da Aparecida, cujo proprietário, meu amigo professor Marcos Seneda não apenas não cobrava nada pela estadia como oferecia um macarrão bem honesto às quintas-feiras.

Graças a manobras burocráticas do saudoso professor Moacir Bortolozzo, chefe do departamento à época, consegui ficar seis anos ininterruptos como professor substituto no DEFIL, acho que é um recorde; defendi o meu mestrado, finalmente em 2001 e o salário melhorou um pouco, mas, no final de 2003 não houve jeito de renovação do contrato e eu “fui pra geladeira”, como se dizia. Voltei para mais dois anos como professor substituto entre os anos de 2005 e 2006, continuando com minha jornada dupla, aliás tripla, porque eu tinha ingressado no doutorado logo após defender o mestrado.

2006 foi o ano mais feliz da minha vida, até então. No ano anterior, eu finalmente passara em um concurso para professor na rede pública estadual e desta vez eu pude assumir o cargo efetivo de professor de Filosofia na Escola Estadual Culto à Ciência, uma das mais tradicionais escolas públicas de Campinas. Naquele ano eu ainda tive de equilibrar as aulas no ensino médio com o meu último ano como professor substituto em Uberlândia, razão pela qual eu fiquei com um mínimo de aulas e todas no segundo ano, para facilitar a preparação. Mas tinha ficado claro, naquela altura, que a minha carreira de professor universitário tinha terminado. A escola que eu escolhera era surpreendentemente bem-organizada e a maioria dos alunos e alunas, especialmente no turno matutino eram bastante responsivos, diferente da maioria das escolas noturnas por onde eu passara nos quinze anos anteriores.

Em 2006, Bob Dylan lançara o álbum *Modern Times*, que eu devo ter ouvido todos os dias no ônibus, no caminho de ida e volta para a escola, graças a um dispositivo portátil para ouvir música digital que estava começando a se popularizar. Algumas das canções desse álbum evocam e cultivam uma espécie de prazer na mera luta pela sobrevivência e a celebração da vida dura de pessoas simples nestes tempos modernos, mas também havia outras que faziam um contraste por meio da exaltação da sofisticação da vida, num sentido espiritual, digamos, a que somente o processo civilizatório pode nos conduzir, ou seja uma contradição bem no estilo dylanesco. Foi a minha trilha sonora para aquele ano, no qual eu me apaziguaria com a ideia de

trabalhar até me aposentar como professor de filosofia no ensino médio, sentir que eu era importante ali também e, enquanto isso, ver meus filhos crescer, ainda mais que, com a defesa do doutorado, em 2008, eu também ganhei um pequeno aumento de salário. Mas então, veio o REUNI.

PARTE 2

Some people never worked a day in their life
Don't know what work even means
(Bob Dylan, *Workingman's blues*)

Com a criação do turno matutino do Curso de Filosofia da UFU, aprovado no âmbito do projeto REUNI em 2007/2008 para começar a funcionar em 2010, o então Departamento de Filosofia obteve novas vagas para compor o seu corpo docente. Nesse contexto, no ano de 2008, prestei o concurso para professor efetivo na área de História da Filosofia Medieval. Eu tinha defendido recentemente o doutorado e fui convocado para assumir e tomar posse em 10 de novembro de 2008 e entrei em efetivo exercício no dia seguinte. Terminou assim a minha carreira de professor do ensino médio e começava a de professor universitário *full time*.

Nos 17 anos que se seguiram, dediquei-me principalmente às aulas do curso de graduação, mas também dei prosseguimento a minhas pesquisas na área de filosofia medieval, participando de eventos, apresentando comunicações, especialmente nos eventos da Associação Nacional de Pós Graduação em Filosofia, a ANPOF; publiquei alguns resultados de algumas dessas pesquisas, ingressei no Programa de Pós Graduação do IFILO/UFU e exerci funções administrativas, que detalho a seguir.

1. Atividade docente

Como professor contratado para a área de filosofia medieval, dediquei-me especialmente a ministrar essa disciplina, em conjunto com meu colega, também contratado à época, o professor Jakob Schneider; dividimos as duas disciplinas obrigatórias, geralmente eu ficando com o turno noturno; também assumi muitas vezes disciplinas obrigatórias na área de Metafísica e outras. Ao ingressar na Pós-graduação também dei cursos três vezes, um em cada quadriênio. Eis um resumo.

- a. Graduação: foi um total de 60 disciplinas, a maior parte em Filosofia Medieval 1 (18 turmas) e II (19 turmas), com destaque também para Problemas Metafísicos 1 (7 turmas) e Problemas Metafísicos 2 (9 turmas).
- b. Pós-graduação: um curso a cada quadriênio que se passou desde meu ingresso: Ontologia em 2016, Metafísica, em 2020 e Epistemologia em 2024.

Nesses 17 anos foram 60 turmas e aproximadamente 1500 estudantes diferentes.

A atividade docente também se complementa com a orientação de estudantes em trabalhos conclusão de curso e de pós-graduação e participação em bancas de defesa desses mesmos trabalhos. Foram os seguintes.

- a. Orientações: foram 13 estudantes orientados e que defenderam o Trabalho de conclusão de curso; 5 estudantes orientados e defenderam dissertação de mestrado e dois estudantes de doutorado ainda em andamento.
- b. Participações em banca: foram 7 participações em bancas de avaliação de TCC; 3 em bancas de defesa de dissertação de mestrado e uma banca de defesa de doutorado.

2. Atividades de pesquisa

Durante os meus 17 anos como professor efetivo do IFILO UFU desenvolvi pesquisas sobre alguns temas na área de filosofia medieval e publiquei alguns resultados. Eis uma descrição por ordem cronológica.

- a) “Tomás de Aquino e a astronomia”, apresentação no XIV Encontro Nacional da ANPOF 2010, Águas de Lindoia/SP, publicado como resumo
- b) “Demonstração e definição: um debate medieval em torno dos *Segundos Analíticos*” – Apresentação em Congresso de filosofia medieval, Vitória/ES, 2011
- c) “A Estrutura da lógica segundo Tomás De Aquino”, artigo publicado na Revista Educação e Filosofia (UFU. Impresso), v. 25, p. 445-473, 2011.
- d) “Entrevista com Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento”, publicada na Revista Educação e Filosofia (UFU. Impresso), 2012
- e) “Imaginação e Abstração em Tomás de Aquino”, apresentação no Congresso de Filosofia Medieval, Tucumán, Argentina, publicado como capítulo de livro em: “Filosofia Medieval: continuidad y rupturas”. XIV Congresso Latinoamericano de Filosofia Medieval. 1ed.Buenos Aires: FEPAI, p. 833-840, 2013.
- f) “Tomás de Aquino e o problema do Mênon”, artigo publicado em Educação e Filosofia (UFU, Online), v. 30, p. 951-978, 2016.
- g) “Estudar filosofia: ler no original, expressar-se em vernáculo.”, apresentação no II Congresso Fausto Castilho, UNICAMP, 2017.
- h) “Ciência e opinião nos comentários do século XIII aos *Segundos Analíticos*”, artigo publicado em Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade, v. 26, p. 129-164, 2021.
- i) Tomás de Aquino, *Comentário aos Segundos Analíticos*.” Editora da Unicamp, Campinas, 2021. Tradução do texto latino e da versão latina do texto aristotélico em colaboração com Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.
- j) “Aquina's bold theory of the soul”. Apresentação no XV Congresso Internacional da Société pour l'Etude de la Philosophie Medievale (SIEPM), 2022, Paris/França.

- k) “O problema do ser e o papel da linguagem: notas de um itinerário a partir das aulas do professor Fausto Castilho”, publicado como capítulo de livro em: *Fausto Castilho: uma vida filosófica*. 1ed. Campinas: Phi, p. 141-156, 2022.
- l) “Tomás de Aquino, aristotélico radical: a noção de alma como forma e como substância”. Apresentação no XIX Congresso da ANPOF, Goiânia/GO, 2022.
- m) “La caracterization de la metaphysique comme science et l'utilisation des Seconds Analytiques dans la Disputatio Prima de Francisco Suarez », apresentação no Seminário de Pós graduação CAPES/COFECUB na Universidade de Caen/Normandie, Caen/França, 2023.
- n) “A imortalidade da alma”, publicado como verbete em: *Tomás de Aquino: chaves de leitura*. 1ed.São Paulo: Paulinas, p. 123-129, 2023
- o) *A noção de alma na Suma de Teologia de Tomás de Aquino*, livro publicado na coleção Textos Fundamentais de Filosofia, UBERLÂNDIA: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2023, 152p
- p) “Tomás de Aquino, aristotélico radical: a noção de alma como forma e como substância”, publicado como capítulo de livro em: *Rumo à sabedoria medieval: uma exploração dos filósofos da Idade Média*. 1ed.Toledo/PR: Instituto Quero Saber, 2024, p. 85-94 (Publicações ANPOF 2022)
- q) “O conhecimento dos princípios da demonstração nos comentários do século XIII aos *Segundos Analíticos*”. Apresentação no XX Congresso da ANPOF, Recife/PE, 2024.
- r) “Interpretations of Thomas Aquinas's Theory on the Soul”. Publicado como capítulo de livro em: *Radical thinking in the Middle Ages*: atas do XV Congresso Internacional da SIEPM, Turnhout: BREPOLs, 2025, p. 383-392.
- s) “La métaphysique comme science et comme sagesse dans la 1ère *Disputatio Metaphysique* de Francisco Suarez », a ser publicado em 2026 em: *The age of Descartes*, Turnhout: BREPOLs.

3. Atividades administrativas

Algo que sempre me chamou a atenção positivamente desde que comecei a conhecer a Universidade é o fato de os cargos de direção e coordenação serem exercidos por professores que não deixam a sua atividade docente enquanto exercem o cargo. Se isso aumenta a carga de trabalho dos docentes que se dispõem ou que desejam assumir esses cargos, reduzindo-lhes o tempo para pesquisa, por outro lado os mantém conectados com a prática docente e seus desafios. Eu faço um paralelo com a minha atividade como docente na escola básica onde o grande sonho de alguns professores era fazer um curso de pedagogia, passar num concurso para diretor de escola e “sair da sala de aula”. Deixo as reflexões sobre esse fato para meus leitores,

indico somente que, sendo os cargos de direção na universidade objeto de eleição pelos pares, a posição de “chefe” e “coordenador” é sempre temporária e vista como uma espécie de dedicação extra ao projeto do grupo. É nesse sentido que assumi, durante cinco anos, a coordenação do curso de graduação e por dois anos, até o momento, a coordenação do Programa de Pós-graduação. Em nenhum dos casos, era uma posição que eu planejava ocupar. Fui instado por colegas a concorrer à eleição para Coordenação da Graduação em virtude do falecimento do então coordenador, nosso querido colega professor Wagner de Mello Elias, que nos deixou precocemente em 2013, deixando uma lacuna impossível de preencher no quadro de professores do IFILO. Fiquei no cargo até meados de 2018, um ano a mais do que é recomendado pelo Regimento; na maior parte do tempo estive às voltas com a reforma do Projeto Pedagógico do Curso, na qual fizemos contorcionismos para, simultaneamente diminuir o tempo mínimo de formação (reduzindo de 5 para 4 anos) e garantir espaço para as disciplinas filosóficas num momento em que éramos pressionados a incluir conteúdos mais “práticos” ao curso. Pelo que sabemos da situação atual, essa luta ainda continua.

O tempo como coordenador não serviu para que eu adquirisse a habilidade da diplomacia, mas ajudou bastante nessa direção, visto que o principal trabalho, fora a lide com a burocracia do sistema e das demandas do MEC é situar-se na mediação entre os colegas e entre esses e os estudantes. Sem grandes ações vistosas, mas também sem autoritarismo, acho que consegui desempenhar as tarefas a contento. Deixei a coordenação de graduação em 2018, direto para o pós-doutorado na Universidade de Lisboa.

Após o retorno ao Brasil e após a pandemia de Covid 19, já em 2023, fui convidado pelo então coordenador do Programa de Pós-graduação, professor Rubens, a disputar a eleição para assumir o cargo que ele ocupava; o convite me pegou de surpresa, pois não me considerava preparado a assumir tal responsabilidade e cheguei a consultar colegas que eu considerava melhor talhados para o posto; todos eles apoiaram minha candidatura. Foi assim que, a partir de 2023, passei a exercer o cargo de coordenador do PPGFIL, cujos desafios são bem diferentes daqueles do curso de graduação, inclusive com uma pequena verba anual para administrar em apoio aos estudantes e professores do programa; particularmente desafiador é a familiarização com o complicado sistema de avaliação da CAPES, dos editais, a distribuição de bolsas, além da lide com o sistema de administração acadêmica da UFU.

Além do exercício das coordenações de graduação e de pós-graduação, minha outra função administrativa digna de nota é a participação em comissões internas do IFILO, das quais a principal tem sido a Comissão de Avaliação para a Progressão Docente.

Nesses meus sete anos, por enquanto, de exercício de funções administrativas, preciso enaltecer o trabalho de nossos funcionários técnicos administrativos, cujo convívio fácil, conhecimento técnico e gentil solicitude tornaram muito mais fácil o meu trabalho. Gostaria de citá-los nominalmente nesse memorial. **Ciro Amaro Fernandes**

do Nascimento, secretário da coordenação de graduação e ex aluno do nosso curso e mestre em filosofia pelo nosso PPG; Ericksen de Oliveira Dias, também secretário do curso de graduação e que ingressou praticamente junto comigo na UFU, futuro mestre em filosofia pelo nosso PPG; Andréa de Castro, que conheci ainda como secretária da Revista Educação e Filosofia e, mais tarde, tive a satisfação de contar com sua colaboração eficiente e sua amizade na secretaria da coordenação do programa de pós graduação; Lília Alves, secretária da Revista Educação e Filosofia nos mais de dez anos que atuo como membro do corpo editorial; quero também citar todos os outros com quem trabalhei e que, certamente sempre exerceram e exercem suas funções com profissionalismo e competência: Sandra Bertolucci, secretária do Instituto, que se aposentou estando eu fora, Marcos Henrique Macedo, atual secretário do IFILO, Marielle Nascimento, especialista no SCDP, João Vítor, Gabriela, Renata e todos os outros que passaram pelo IFILO como funcionários efetivos ou terceirizados.

4. Revista Educação e Filosofia

Faço parte da equipe editorial da Revista Educação e Filosofia desde 2012, quando ainda era seu diretor o professor Márcio Chaves Tannus, que me convidou a compor a chapa para a eleição daquele ano. Desde então, minha colaboração só foi interrompida no ano em que estive afastado para o pós-doutorado. Na Revista, exerço principalmente a função de editor da área de Filosofia, já que a Revista também conta com a área de Educação. Nesses quinze anos, muito me orgulho de ter colaborado, junto ao professor Marcos Seneda e os demais para manter o nível elevado que nossa Revista já tinha conquistado antes da minha entrada.

5. Pós-doutorado

Em 2018, após encerrar meu segundo mandato como Coordenador do Curso de Graduação, o Instituto me liberou para realizar estágio pós doutoral. O local escolhido para realizar esse estágio foi a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde é professora titular a minha supervisora de estágio, a doutora Maria Leonor Lamas Xavier. Participei das atividades do Centro de Filosofia daquela Faculdade e durante esse ano me dediquei a estudar temas correlatos à teoria da alma; concentrando-me no estudo do comentário de Tomás de Aquino ao *De Anima*, de Aristóteles. Acabei, na verdade, passando a maior parte do tempo estudando e traduzindo a parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino chamada de “Tratado do ser humano”, isto é o conjunto das questões 75 a 102 da primeira parte da *Suma*, dentre as quais eu me dediquei especialmente às questões 75 a 83. Também no bojo desse estudo mais rotineiro com as obras do Angélico, pude trabalhar em dois textos, um sobre a Teoria

do Conhecimento e Epistemologia de Tomás de Aquino, ainda inédito, a ser publicado pela Revista Transformação da Unesp e outro, o verbete sobre a Imortalidade da alma, publicado na obra coletiva *Tomás de Aquino - Chaves de Leitura*. Além disso, concluí, estando em Lisboa, a revisão final de minha tradução do *Comentário aos Segundos Analíticos* já sobre as provas do texto editorado pela Editora da Unicamp; o livro seria lançado em 2021, durante a pandemia de Covid 19.

O período de pós doutorado foi muito valioso para mim, para que eu pudesse me dedicar mais integralmente ao estudo, à leitura e redação e melhorar o meu índice de produtividade junto ao Programa de Pós Graduação, do qual eu me tornei membro permanente em 2023. Também me preparou e me encorajou para a minha primeira experiência de participação em um congresso internacional, o Congresso da prestigiada Société pour l'Etude de la Philosophie Medievale (SIEPM), cujo XIV congresso ocorreu em Paris em 2022, do qual eu participei com um trabalho também resultante de minhas pesquisas sobre o tema da alma a partir de Tomás de Aquino.

Para o futuro, pretendo me dedicar ainda ao estudo das teorias sobre a alma, especialmente a recepção árabe da psicologia aristotélica e neoplatônica e como isso foi, por sua vez recebido na universidade medieval de língua latina na época de Tomás de Aquino e além. Agora, que temos um consolidado grupo de quatro professores efetivos especialistas em filosofia medieval no Instituto, é minha intenção permanecer pesquisando e colaborando para o fortalecimento institucional do nosso Grupo de Pesquisa no CIEME (Centro Internacional de Estudos Medievais) e no âmbito do Programa de Pós Graduação bem como nos GTs dedicados à Filosofia Medieval da ANPOF.

Parte 3

"I know it looks like I'm movin', but I'm standin' still"

(Bob Dylan, *Not dark yet*)

Etienne Gilson escreve, em seu livro *A filosofia na idade média*, a respeito da influência que o neoplatonismo teve sobre santo Agostinho, que este “viveu do patrimônio neoplatônico acumulado no primeiro entusiasmo dos anos 385-386; nunca o aumentará, utilizá-lo-á com cada vez menos boa vontade à medida que envelhecer, mas toda a sua técnica filosófica provirá dele” (GILSON, 1998, p. 144). Guardadas as devidas proporções eu também acredito ter adquirido um patrimônio em conhecimento e textos filosóficos durante a graduação na Unicamp, que pouco aumentei ao longo dos anos. Ao contrário de Agostinho, contudo, vejo-me sempre na contingência de utilizar-me ainda hoje desse patrimônio sem a convicção de que entendo melhor o seu alcance do que eu tinha então; vejo mesmo a necessidade de voltar com frequência a esses textos, reler, reestudar para melhor entender. Para me consolar, agarro-me à própria definição de filosofia como “busca”, isto é, à ideia de que se alguém acha que encontrou o que procurava, não se trata mais de filosofia e sim de algum tipo de certeza, fé, opinião, ciência, algo assim.

De qualquer modo, é a história da formação desse patrimônio e sua utilização ao longo da minha carreira como professor o assunto que tento alinhar nas linhas que seguem.

A começar pelo tema de minha dissertação de mestrado, Guilherme de Ockham e a noção de ciência. Constato que o tema aglutinador de meu interesse pela filosofia foi, desde o início, como o parágrafo anterior terá feito notar, a relação entre o discurso e a verdade das coisas ou, em outras palavras, a natureza do pensamento. Tema demasiado genérico e que se espalha por todas as áreas da filosofia; assim, a perspectiva que escolhi para iniciar meu treinamento como pesquisador foi a do nominalismo do século XIV, talvez ainda influenciado pelos ecos do *Nome da Rosa*; afinal, protagonista do romance, Guilherme de Baskerville é o nome fantasia de Guilherme de Ockham; segundo Eco, “de início, o investigador devia ser o próprio Ockham, depois abandonei a ideia porque humanamente o Venerável Inceptor me é antipático”(ECO, 1985, p. 25).

Consigo ler com mais simpatia hoje do que há alguns anos as 89 páginas que escrevi ao longo do longo processo que durou o meu mestrado. Trata-se de uma apresentação honesta do conteúdo de dois textos canônicos de Guilherme de Ockham, o *Prólogo do Comentário às Sentenças*, questão 1 – sobre se a teologia é ciência e o *Prólogo do Comentário à Física*. A partir desses textos, pretendi reforçar o entendimento de que, segundo Ockham, o conhecimento científico, demonstrativo deve ser encarado como um conhecimento proposicional, lógico, isto é, no âmbito da relação entre palavras, entre conceitos. Sobre a relação entre os conceitos e a

realidade e a afirmação categórica de Ockham de que “tudo o que existe é singular e contingente” contrastando com a noção de ciência como conhecimento universal e necessário, o meu texto não chega a avançar muito, exceto na (minha) compreensão de que, segundo Ockham, a relação entre as palavras e os conceitos que elas significavam ou entre os termos e as coisas pelas quais eles supunham numa proposição era uma operação comparável a uma hipoteca, uma aposta para ver se funcionavam na explicação do que pretendiam explicar, sem se preocupar com o que tais termos ou conceitos correspondiam na realidade; certamente não existiam universais como misteriosas entidades metafísicas “antes das coisas” ou “nas coisas”; dizia-se então, usando a metáfora da “navalha de Ockham” que ele realizou uma limpeza no mundo poluído da metafísica medieval, repleta de quiddidades, formas e substâncias de vários níveis.

Paralelamente ao mestrado, como disse anteriormente, trabalhei como professor substituto no Departamento de Filosofia e, por vários anos, fui encarregado dos cursos de Filosofia da Ciência para outros cursos de graduação. Preciso lembrar aqui, a modo de parênteses, que durante a graduação estudei bastante a tradição empirista e a epistemologia do século XX, resultando dessa formação eu ter adquirido uma visão popperiana da ciência que, segundo o meu modo de entender, combinava o nominalismo instrumentalista de Guilherme de Ockham com o realismo moderado de Tomás de Aquino; em outras palavras, o conhecimento científico, tal como Popper e seus discípulos o compreenderam, seria um empreendimento social e cultural, mas também um conhecimento real sobre o mundo em que vivemos; de fato, a ciência busca encontrar leis universais e compreensão real sobre a aplicação dessas leis, porém, trata-se de um conhecimento que avança por tentativa e erro e, por isso, jamais poderemos ter certeza de ter encontrado a explicação última e verdadeira da realidade, mas podemos ter esperança de que, aplicando corretamente e objetivamente as regras sancionadas pela lógica da pesquisa científica (alguns acrescentariam, pela suscetibilidade da comunidade científica) estaremos cada vez mais próximos dessa verdade. Nesse cenário, o papel da ciência é tanto pesquisar com instrumentos cada vez mais sofisticados quanto garantir meios de pôr à prova as teorias e descobertas trazidas por esses meios.

Certamente isso representa uma crença ingênua no progresso da ciência ou mesmo na simples ideia de que existe uma ciência universal, neutra e objetiva. Nas minhas muitas aulas de epistemologia e filosofia da ciência eu tive a chance de estudar e refletir bastante sobre esse aspecto. Certamente muitos outros aspectos do que seja a ciência como empreendimento humano me tenham escapado. Minha pesquisa a partir do doutorado, com relação a esse assunto, se concentrou apenas nos aspectos mais metafísicos e historiográficos da questão.

Terminada a minha pesquisa de mestrado, procurei entrar imediatamente no doutorado, tendo por orientador o professor Carlos Arthur Nascimento. Lembrando-me do doloroso processo que foi trabalhar com quase à revelia do meu orientador, o também saudoso professor Francisco Benjamin de Souza Netto e por minha conta e

risco um autor então pouco conhecido (apesar de estar na moda) e sobre o qual havia pouco material disponível (a internet não era acessível), ele me sugeriu retroceder um pouco na história sem sair muito de meu tema e navegar por águas mais conhecidas; em suma, ele me convenceu a rever a própria formação da noção de ciência com a qual Ockham estaria lidando no século XIV. O veículo ideal para esta tarefa seria o *Comentário aos Segundos Analíticos*, de Aristóteles por Tomás de Aquino. Trata-se da exposição aristotélica sobre a teoria da ciência, um texto difícil e que, na época em que Tomás o comenta havia menos de 100 anos se introduzira no ambiente universitário medieval e como todos os outros textos novos de Aristóteles, fora mediado pela interpretação árabe. Também é uma obra que, à época em que comecei o doutorado, não tinha tradução em nenhuma língua moderna. Foi somente durante a realização do meu doutorado que foram publicadas uma tradução em inglês e outra em espanhol. Tomamos assim a tarefa de ler o texto juntos, eu e Carlos Arthur, a princípio até que o meu conhecimento do latim de Tomás, que é enganadoramente fácil, tivesse autonomia para seguir adiante, o que consumiu provavelmente o primeiro ano da pesquisa.

Ao contrário de Guilherme de Ockham, Tomás de Aquino estava convencido de que podemos avançar no conhecimento da estrutura metafísica do mundo e que esse conhecimento é necessário para nos certificar de que a ciência é um conhecimento sobre o mundo e não sobre os conceitos que significam o mundo. Entretanto, consciente das limitações tanto de nossa capacidade de conhecer quanto de nos expressar com clareza, ele mantém uma posição que costuma se classificar como um “realismo moderado”. O trabalho do comentário aos *Segundos Analíticos* é encontrar a maior segurança possível, pelo menos no tratamento lógico, nas condições que devem ser satisfeitas para que um conhecimento qualquer ou uma sequência de proposições quaisquer mereça o título de ciência ou conhecimento demonstrativo, isto é um conhecimento verdadeiro, universal e necessário, obtido por meio de premissas por sua vez primeiras, universais, verdadeiras e necessárias, e cujo conhecimento seja anterior ao conhecimento das conclusões e seja causa dessas mesma conclusões.

A definição de ciência em sentido estrito posta dessa forma por Tomás de Aquino é assombrada durante todo o seu comentário pela necessidade do conhecimento de princípios auto evidentes ou conhecidos de modo não científico, já que, se definirmos a ciência como um procedimento silogístico demonstrativo, mas que não pode retroceder ao infinito e sim partir de princípios absolutamente verdadeiros, é preciso que estes princípios sejam conhecidos por outro meio que não o procedimento racional. Está fora de questão admitir, como os platônicos, que tais princípios, dentre os quais se encontrariam também as definições essenciais, sejam inatos, pois se daria o paradoxo de possuímos um conhecimento mais evidente do que o próprio conhecimento científico e ignorarmos que o possuímos.

Digo que a necessidade de encontrar o modo pelo qual conhecemos os princípios da ciência assombra o texto de Tomás de Aquino (e talvez também o de Aristóteles)

porque o problema aparece em vários momentos da exposição e só vai receber um tratamento, aliás bastante enigmático, no último capítulo do último livro do tratado aristotélico.

Talvez a permanência desse problema não suficientemente tratado, não digo resolvido porque isso seria impossível, me deixe insatisfeito ainda hoje com o texto final apresentado em minha tese, do qual o melhor resultado foi a tradução do texto objeto da tese, que empreendi e depois publiquei pela editora da Unicamp, sempre com a participação e colaboração do mestre Carlos Arthur.

A primeira parte de minha tradução, na verdade, o prólogo do Comentário, foi publicada como meu primeiro artigo na revista Educação e Filosofia, intitulado “A estrutura da lógica segundo Tomás de Aquino”, onde Tomás de Aquino situa o texto a ser comentado no conjunto da obra lógica de Aristóteles e, confiantemente, atribui a cada livro ou grupo de livros de Aristóteles uma determinada operação intelectual; assim, as *Categorias* é dedicada à apreensão dos indivisíveis, o *De Interpretatione* (*Peri Hermeneias*) é dedicado à composição/divisão e os *Analíticos* (*Primeiros e Segundos*) são dedicados a uma inédita terceira operação do intelecto, o que se chama propriamente o raciocínio (tradicionalmente, havia apenas duas operações, a apreensão dos simples e a composição/divisão). Os demais livros do *Organon* são dedicados aos raciocínios prováveis (*Tópicos*), aos erros que se deve evitar na argumentação (*Refutações Sofísticas*) e até mesmo aos raciocínios que argumentam usando fantasias (*Poética*)

Meus trabalhos posteriores até meu pós-doutorado limitam-se a comunicações feitas em Congressos, especialmente a ANPOF e no grupo que formaria a atual Sociedade Brasileira para o Estudo da Filosofia Medieval e que, a princípio incluía também colegas de países latino americanos, razão pela qual dois encontros desse grupo foram realizados na Argentina (Tucumán, 2013) e no Chile (Santiago, 2015). Nesses trabalhos eu esbocei algumas ideias que pretendia desenvolver na forma de artigos, mas acabaram por não seguir esse caminho.

Destaco dentre essas notas uma reflexão sobre “o problema do Mênon”, que Tomás de Aquino encontra no texto aristotélico e ao qual precisa dar uma explicação. O problema é conhecido: se alguém procura alguma coisa da qual não tem nenhuma ideia prévia, não poderá saber que encontrou o que procurava mesmo na eventualidade de o encontrar. Platão pretendia mostrar com essa metáfora, a ideia de que nós precisamos possuir, de modo inato, algumas noções prévias sem o que o conhecimento seria impossível. Para ilustrar isso, há a cena de Sócrates fazendo com que um rapaz, totalmente ignorante em geometria, encontre por si a demonstração do “teorema de Pitágoras”. A alusão ao problema surge no contexto da necessidade de postular para o conhecimento demonstrativo princípios auto evidentes que sejam conhecidos por meio não demonstrativo, mas sem admitir as tais noções prévias inatas.

O trabalho com as disciplinas de história da filosofia medieval me tornou cada vez mais consciente da onipresença do tema da fonte de certeza do conhecimento humano sobre o mundo e, por meio dele também foi possível entender os vários caminhos pelos quais a própria filosofia, como conjunto de textos e conhecimentos social e culturalmente constituídos, chegou a se formar e se transmitir até nós, com suas escolhas e omissões. Nesse contexto, o assim chamado problema dos universais adquiriu uma grande importância em minha pesquisa assim como em minhas aulas até recentemente eu finalmente ter estudado, junto com meus alunos, a obra de Alain de Libera sobre a *Querela dos universais de Platão ao fim da idade média*. Desse livro, que certamente também faz suas escolhas e omissões, é que retirei a noção do fantasma platônico que assombra a recepção do aristotelismo em toda a idade média, bizantina, árabe ou latina. John Marenbon também é um autor que considero arguto e ele opina que todas essas tradições, que ele conta quatro (cristã grega, cristã latina, árabe muçulmana e árabe judaica) derivam do engenhoso artifício por meio do qual Plotino unificou as tradições gregas anteriores e, ao mesmo tempo, forneceu uma linguagem para falar do inefável, fundamental para as filosofias influenciadas pelas religiões monoteístas que se estabeleceriam a partir de então.

O fato é que o problema dos universais pode ser abordado pela Lógica e pela Metafísica, pela Epistemologia e pela Teoria da Alma (ou Psicologia), pela Filosofia da Linguagem e até pela Filosofia Prática (Ética e Política). Do ponto de vista do *Mênon*, cujo fantasma assombra o aristotelismo, segundo Alain de Libera, trata-se da teoria das Ideias que Platão apresenta da forma mais conhecida e didática no livro VII da República (a alegoria da caverna), mas já desde o *Mênon*, onde a definição da semelhança aparece como aquilo em que duas ou várias coisas “não diferem entre si” até a admissão de algum tipo de realidade transcendente às coisas no *Teeteto*, passando pelas considerações linguísticas do *Fedro*; isso alimenta uma discussão que será um dos grandes temas da própria filosofia aristotélica; Aristóteles dedica, segundo Giovanni Reale, vinte e sete argumentos contra a teoria das Ideias de Platão e isso apenas nos capítulos 13 a 15 do livro VII da *Metafísica*.

Acomodando as perspectivas aristotélica e platônica, a tradição neoplatônica enfim cristalizou a “solução” ao problema dos universais na teoria dos três estados do universal: o universal *ante rem* (que corresponderia à Ideias platônicas ou na mente divina), razão causal da existência de singulares; o universal *in re* (ou a causa formal imanente de Aristóteles), uma essência transmitida por geração nos animais e o universal *post rem* (os conceitos propriamente ditos, defendidos por certa interpretação de Aristóteles). Trata-se de uma solução de compromisso e que nunca deixou, ela mesma de suscitar novos problemas; por sua vez teve bastante fecundidade para desenvolver o pensamento em todas aquelas disciplinas filosóficas acima aludidas. A partir do momento em que, confrontados com o *De Anima* de Aristóteles, os filósofos árabes, que tinham também uma forte formação médica, passam a investigar o próprio instrumental orgânico que utilizamos para produzir o pensamento, isto aponta para desenvolvimentos insuspeitados até então no bojo da

discussão. Tomás de Aquino terá consciência disso e, sem ter um interesse particular nas pesquisas empíricas, concede que o problema merece um tratamento completo dentro da própria estrutura e do modo como o ser humano conhece; daí o seu tratamento mais ostensivo e didático também da questão pareça estar condensado no conjunto das questões 84-89 da Primeira Parte da *Suma de Teologia*, e conectado ao sistema todo representado pelo Tratado do Ser Humano (questões 75 a 102) e a toda a *Suma*.

“Nada está no intelecto que não tenha passado pelos sentidos”. Esse famoso adágio aristotélico, que podemos associar ao empirismo, acha-se descrito esquematicamente no livro alfa da *Metafísica*, de Aristóteles. Isso é afirmado principalmente em oposição à tese platônica segundo a qual as impressões sensíveis são meios que apenas servem para nos fazer recordar ou acessar conhecimentos que já trazemos inatos. O dissenso Platão/Aristóteles em torno desse tema é o pano de fundo para toda a questão dos universais na idade média, de acordo com Alain de Libera.

Com relação a Tomás de Aquino, essa ideia é utilizada num contexto teológico mais amplo; ele se utiliza dela para embasar a sua convicção de que o ser humano é uma criatura por natureza composta de corpo e alma e, por isso, estar no corpo é um benefício para a alma, não um castigo ou uma contingência, o ser humano como criatura composta de matéria e forma, isto é, corpo e alma conhece o mundo que o cerca e no qual vive por meio de uma elaboração das informações recebidas pelos sentidos; trata-se de uma visão não dualista e que cumpre também o papel de responder ao difícil problema da ressurreição, verdade de fé do cristianismo.

A alma não pode, por sua natureza ter contato direto com o que é material, assim, ela conhece (na verdade, o ser humano conhece, mas nesse ponto Tomás acha mais didático separar o conhecimento da alma do conhecimento do corpo) a partir do processo de abstração a partir das fantasias. Essas fantasias nada mais são do que imagens das coisas individuais impressas no intelecto e a partir das quais o mesmo intelecto (desdobrado em duas capacidades, o possível e o agente) produz conhecimento inteligível (isto é, universal e necessário). Tal esquema não é, certamente, uma novidade e, como dissemos, reflete a exposição aristotélica do livro alfa da *Metafísica*; a novidade da apresentação de Tomás, em relação aos pensadores árabes que o precederam e lhe serviram de fonte de informação e inspiração é que ele estabelece no interior da criatura humana toda a capacidade intelectual de que ela precisa para produzir conhecimento inteligível a partir dos dados dos sentidos; não é preciso supor nenhum Intelecto separado como necessário ao exercício do pensamento inteligível. Isso ele faz mediante uma interpretação precisa da noção de abstrato ou separado, entendendo a expressão “intelecto separado” não como absolutamente separado da matéria e jamais existindo nela (como é o caso de Deus e das criaturas espirituais), mas num sentido relativo à nossa capacidade intelectual, como algo separado das condições materiais pela atividade do intelecto agente sem que seja separável absolutamente da matéria (como um acidente, a cor, por exemplo de uma substância).

O esquema empirista apresentado por Tomás na *Suma de Teologia*, em princípio de acordo com o Aristóteles da *Metafísica* parece não se coadunar com a árida exposição do conhecimento científico descrito no *Comentário aos Segundos Analíticos*, onde o conhecimento científico, universal e necessário parece brotar do conhecimento das definições essenciais. Uma vez de posse dessas definições essenciais, o conhecimento científico pode se construir seguindo as regras que os *Segundos Analíticos* justamente procuram estabelecer.

Aristóteles destaca, entretanto, a necessidade de a demonstração científica partir de princípios indemonstráveis. Tais princípios são tanto proposições evidentes por si como as próprias definições essenciais. Ele reserva para o último capítulo, o 19 do livro II dos *Segundos Analíticos*, a resposta a esse problema: afinal, como chegamos a conhecer os princípios do conhecimento?

Surpreendentemente, entretanto, o último capítulo dos *Segundos Analíticos* é quase uma repetição do primeiro capítulo de *Metafísica A*. Aristóteles afirma aí que o meio pelo qual conhecemos os princípios do conhecimento não é algo acima da faculdade racional, mas até mesmo abaixo dela. Trata-se do mesmo poder que os animais irracionais possuem de processar informações obtidas pelos sentidos e fazer uma estimativa sobre o mundo que os cerca a fim de tomar decisões. Neste ponto entra em cena o célebre exemplo, que sobreviveria até Descartes, da ovelha que sabe que deve fugir do lobo. No ser humano, entretanto, por alguma razão que os filósofos ainda procuram encontrar, esse processo culmina na formação de um conceito que, por sua vez dá origem a uma palavra e, daí por diante, podemos construir todo o conhecimento teórico.

Há um ponto, entretanto, em que o último capítulo dos *Segundos Analíticos* diverge da apresentação do esquema empirista da *Metafísica* alfa. É o ponto em que Aristóteles destaca a formação de um conceito “um em muitos” ou “um a partir de muitos”, expressão enigmática e que será interpretada de vários modos pela tradição, considerando principalmente a tendência neoplatônica de harmonizar Platão e Aristóteles.

Aristóteles apresenta a seguinte metáfora como explicação do processo: imagine-se um exército sendo derrotado em uma batalha e batendo em retirada; à medida em que um soldado para (deixando de fugir), outro soldado também para e assim sucessivamente todos os outros seguem o exemplo daquele primeiro até que a batalha seja retomada. Esse exemplo é interpretado por Alain de Libera como ilustração de uma “teoria machista” da formação do universal em Aristóteles (DE LIBERA, 2014, p. 144ss). Intrigado com essa expressão desconfortável, concluí, com meus estudantes, que Alain de Libera referia-se à disposição intelectual para formar um conceito como uma atitude voluntária comparável à coragem ou “macheza” de um soldado no campo de batalha. Numa interpretação mais sofisticada da metáfora, Paolo Biondi em sua obra “*Aristóteles: Segundos Analíticos II.19*”, sugere que o exemplo deve ser considerado levando-se em conta o tipo de batalha de infantaria da

época de Aristóteles e o papel fundamental desempenhado nesse tipo de batalha pela parede de escudos; se a parede de escudos era rompida pelo adversário, os seus integrantes remanescentes deveriam recuar até um ponto em que conseguissem restaurá-la, não tanto para retomar a batalha e vencer, mas para proteger a fuga da retaguarda; o soldado sabe que a chance de morrer nessa manobra é muito grande, mas o seu papel estratégico é esse mesmo, proteger a retirada da retaguarda (temos um exemplo célebre dessa estratégia na história dos 300 de Esparta). Trata-se mais de disciplina, de obedecer à estratégia treinada do que “macheza” ou coragem pura e simplesmente. Coragem ou disciplina, o que Aristóteles parece estar aludindo ao trabalho intelectual como fixação de uma das representações mentais e, a partir dela, a construção de imagens cada vez mais abstratas, espécies inteligíveis, abstraídas das fantasias, desse modo, os conceitos universais vão sendo construídos.

Foram os pensadores neoplatônicos - Alain de Libera cita Siriano citado por Simplicio -, que se deram conta desse importante detalhe nos *Segundos Analíticos* apontando para a formação de algo no intelecto, o “um a partir de muitos” ou o “um em muitos”, que iria alimentar uma parte do debate sobre os universais em uma tradição totalmente ignorada pelos latinos até a século XII, Abelardo incluso. Esse detalhe introduziria ou reintroduziria no debate um importante aspecto que a descrição algo mecânica do processo de conhecimento descrito em *Metafísica* alfa não dava conta: a perspectiva do “um em muitos” ou “um a partir de muitos” põe o problema da natureza e o modo de formação e aquisição do conceito universal, apto a ser predicado de vários. Essa perspectiva acaba por aproximar a descrição aristotélica de temas platônicos. Estariam esses universais, de algum modo incrustados nas coisas singulares como essências imanentes e o processo de abstração seria uma capacidade de retirar essas essências?

Essa perspectiva, entretanto, era totalmente ignorada por Pedro Abelardo e sua geração, que tomaram contato com a questão dos universais a partir das traduções latinas de Aristóteles e de Porfírio disponíveis aos estudiosos falantes de latim no século XII. Assim, eles se concentraram mais nos aspectos lógicos e linguísticos do problema; mas não deixaram de intuir aquele “quid” a que deveriam corresponder as concepções universais. É sabido que, ao apresentar a *Isagoge* de Porfírio, lida na tradução latina de Boécio, além de responder as três questões que Porfírio tinha deixado sem resposta, Abelardo acrescentou uma quarta, que perguntava sobre o significado de uma palavra quando as coisas significadas por ela não mais existirem, por exemplo, a palavra “rosa” significaria algo se não existissem rosas? A resposta abelardiana é, caracteristicamente ambígua. A resposta é negativa por um lado, sem existir algo a que se referir, a palavra por si só não se refere a nada, por outro lado é positiva, pois ainda significaria algo na medida em que poderíamos entender o significado da proposição “nenhuma rosa existe”.

Não é minha intenção aqui percorrer a montanha de argumentos pró e contra o realismo e o nominalismo ou uma possível terceira via do debate, o conceitualismo. Cito essa discussão apenas para encerrar o meu relato voltando ao início, aos versos

citados por Umberto Eco no romance *O Nome da Rosa*. Segundo Eco, ele guardou esses versos até o último momento para não revelar a sua intenção de enredar o leitor numa espécie de armadilha nominalista. A “rosa de então” nada mais representaria do que a própria biblioteca que ardera há muitos anos já no momento em que o velho monge Adso de Melk rememora os “eventos miríficos” da narrativa; por sua vez o próprio romance se insere numa complicada história de cópias e de passagem de mão em mão até chegar ao seu editor moderno, tudo para nos convencer do infinito poder das palavras e de que o mundo nada mais é senão ficção, signo de signos.

Há uma questão, contudo, que eu gostaria de abordar voltando à citação retirada da obra *De contemptu mundi*, de Bernardo Morliacense, também conhecido como Bernardo de Cluny. Na obra em questão o verso (verso 952, livro I) não diz “*stat rosa*”, mas “*stat Roma*” e tem como objetivo realçar a vaidade das esperanças humanas, argumentando a favor de um desprezo pelo mundo, sendo a queda de Roma um lugar comum para este tipo de reflexão, talvez ecoando a *Cidade de Deus* de Agostinho. Até mesmo Roma, a poderosa cidade capital dos romanos nasceu, viveu e morreu; o que poderemos esperar nós, meros seres humanos em seus pouco mais ou menos 70 anos de vida na Terra? Além disso, o poema *De contemptu mundi* pode ter se inspirado em uma obra homônima dos séculos IV-V de Euchério de Lyon, que também é uma pregação contra a vaidade mundana dos seres humanos. No poema de Bernardo, a palavra “rosa” aparece 18 vezes, geralmente representando a beleza fugaz e enganadora das coisas materiais e dos prazeres sensíveis (por exemplo no verso 454: “*Est hominis via nunc mala, cras pia, nunc rosa, cras fex* – os caminhos do homem hoje são maus, ontem piedosos; hoje rosa, amanhã, lixo” ou no verso 736: “*Carnis amor perit; est rosa, fex erit.* – O amor da carne perece, é rosa, será lixo”). Não me parece que o poema, enquanto tal, seja uma pregação nominalista e sim uma crítica da vaidade das ilusões humanas que criam significados sofisticados para o que, a rigor não existe ou não deveria existir; afinal, o que é a vaidade senão um erro de julgamento sobre a realidade das coisas?

Enquanto eu lia o romance pela primeira vez em 1986, não sabia que a obra de Umberto Eco, já então um bem-sucedido teórico da semiótica, fora escrita para ilustrar o poder infinito das palavras para criar mundos, o que faz qualquer romance, mas que Eco o fazia por meio de uma perspectiva nominalista sobre o conhecimento do mundo que, quase como uma metanarrativa, duvida a todo momento da própria realidade do que está sendo narrado. Hoje, há quarenta anos de distância me atrevo a argumentar que o próprio esforço narrativo acaba também por evidenciar a necessidade de admitirmos a permanência de um “quid”, de uma realidade existente sob o manto das palavras. Afinal, por que pregar o desprezo pelo mundo, se o mundo nada mais é do que uma ficção? Como diria Tomás de Aquino, o objeto do nosso intelecto é a quiddidade das coisas materiais abstraídas das fantasias e não as próprias espécies assim formadas, que são o meio pelo que conhecemos tais coisas.

Acomodando as perspectivas aristotélica e platônica, a tradição neoplatônica enfim cristalizou a “solução” ao problema dos universais à teoria dos três estados do

universal: o universal *ante rem* (que corresponderia à Ideias platônicas ou na mente divina), razão causal da existência de singulares; o universal *in re* (ou causa formal imanente de Aristóteles), uma essência transmitida por geração nos animais e o universal *post rem* (os conceitos propriamente ditos, defendidos por certa interpretação de Aristóteles). Trata-se de uma solução de compromisso e que nunca deixou, ela mesma de suscitar novos problemas; por sua vez teve bastante fecundidade para desenvolver o pensamento em todas aquelas disciplinas filosóficas acima aludidas; atualmente, meu interesse é pelas teorias da alma. A partir do momento em que, confrontados com o *De Anima* de Aristóteles os filósofos árabes, que tinham também uma forte formação médica, passam a investigar o próprio instrumental orgânico que deve ser utilizado para desencadear o processo do pensamento, isto é, a alma, e a partir disso apontam para desenvolvimentos insuspeitados até então para a discussão. Tomás de Aquino terá consciência disso e, sem ter um interesse particular nas pesquisas empíricas, concede que o problema merece um tratamento completo dentro da própria estrutura e do modo como o ser humano conhece; daí o seu tratamento mais completo da questão pareça estar mesmo condensado no conjunto das questões 84-89 da Primeira Parte da *Suma de Teologia*, e, a partir disso, conectado ao sistema todo representado pela *Suma*.

Por outro lado, se atentarmos bem à resposta de Tomás de Aquino ao problema dos universais, que ele aborda da perspectiva da tradição árabe ao mesmo tempo que as considerações de origem boeciana, somos de opinião de que ele não se oporia ao nominalismo de modo radical ao mesmo tempo em que não se limita apenas a defender que o que conhecemos a partir das espécies inteligíveis são as coisas mesmas a partir da qual tais espécies são concebidas e não as próprias concepções do espírito; o que ele faz certamente, mas sempre considerando a grande dificuldade de operação do intelecto humano.

Tomás de Aquino parte da distinção, que ele atribui a Avicena, segundo a qual há uma consideração absoluta da essência que não é nem universal nem singular (ou particular). Da perspectiva aviceniana, a questão se a essência é algo além dos particulares ou é algo na própria constituição dos particulares deve ser respondida da seguinte maneira: as duas situações são verdadeiras, a essência é universal porque pode ser atribuída a muitos mas também só existe como coisa particular, como é em cada um dos indivíduos; para que isso seja possível, a essência considerada em si mesma não pode ser nem universal nem particular. Utilizando-se do esquema aviceniano, mas entendendo-o à sua maneira e utilizando a técnica de divisão, Tomás considera que a essência ocorrendo nesses dois casos: ela pode ser pensada conforme sua noção absolutamente considerada e conforme o ser que tem nas coisas; conforme o ser que tem nas coisas, ela pode ser considerada conforme o ser que tem neste ou naquele particular ou conforme o ser que tem na mente. Em seguida, ele examina cada uma dessas manifestações da essência e se pergunta em qual delas está a consideração universal. Não em uma coisa separada, pois assim não poderia se predicar de muitos; nem nas próprias coisas singulares, pois cada singular seria

um universal; resta que a consideração do universal só faz sentido segundo o ser que a essência tem na mente humana.

Aproxima-se assim, tanto quanto é possível o realismo moderado de Tomás de Aquino (o que conhecemos a partir das espécies são as próprias coisas) com o nominalismo (para o qual tudo que existe é singular e os conceitos só existem como concepções da mente).

Essa aproximação, de certo modo, entre a compreensão tomasiana, que chamamos de realismo moderado e a concepção nominalista ilustra a opinião que eu mesmo sustento na apresentação dessa fascinante discussão que dura séculos. Realismo e nominalismo são dois polos que representam posições esquemáticas e mesmo caricatas de soluções ao problema da formação do pensamento. Conscientemente nenhum pensador deseja abraçar qualquer dessas opiniões de modo radical e procura sempre situar sua posição em algum ponto entre os polos, por isso o costume de adjetivar o realismo tomasiano de “moderado” e chamar certas posições nominalistas, como as de Abelardo e Ockham de “conceptualismo”. Longe de representar meramente uma busca por um caminho do meio, as reflexões mais importantes sobre esse problema são tentativas de identificar o mais exatamente possível onde se conectam o empírico e o *a priori*.

Referências

Biondi, Paolo C. *Aristotle: Posterior Analytics II,19*. Saint-Nicolas: Les Presses de l'Université Laval, 2004

Eco, Umberto. *O nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____. *Pós escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Ferreira, Anselmo Tadeu. *O conceito de ciência em Guilherme de Ockham*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. *O conceito de ciência em Tomas de Aquino: uma apresentação da Expositio libri Posteriorum* (Comentário aos Segundos Analíticos) 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Gilson, Etienne. *A filosofia na idade média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Libera, Alain de. *La querelle des universaux de Platon à la fin du Moyen Âge*. Paris: Editions du Seuil, 2014.

Marenbon, John. *Medieval philosophy: an historical and philosophical introduction*. Londres: Routledge, 2007

Ockham, Guilherme de. *Expositio in VIII libros Physicorum*. Nova York: Universidade S. Boaventura, 1985. (Opera philosophica, vol. 5)

_____. *Scriptum in librum primum Sententiarum*. Nova York: Universidade S. Boaventura, 1979. (Opera Theologica, vol. 1)

Popper, Karl. *Lógica da Investigação Científica*. São Paulo: Cultrix, 2013.

Tomás de Aquino. *Comentário aos Segundos Analíticos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

_____. *Suma de Teologia: Primeira Parte - questões 84-89*. Uberlândia: EDUFU, 2004